

Oliver Williamson e a construção retórica da Economia dos Custos de Transação

Ramón García Fernández & Huáscar Fialho Pessali¹

*“Rhetoric is subtle, but so is reality”
(Campbell 1997:117)*

Introdução

A Nova Economia Institucional (NEI) tem alcançado um impacto generalizado e crescente na ciência econômica no mundo todo, tanto em nível acadêmico quanto na formulação de políticas econômicas. Em suas fileiras encontram-se ganhadores do Prêmio Nobel como Ronald Coase e Douglass North. Em 1996 foi fundada a ISNIE (acrônimo em inglês da Sociedade Internacional para uma Nova Economia Institucional). Desde 1997 a ISNIE vem realizando encontros anuais sempre muito concorridos. Essa identidade comum recebeu um significativo impulso no começo dos anos 1970, quando Oliver Williamson criou a marca NEI. Nesse momento, ele estava lançando seu programa de pesquisas na Economia dos Custos de Transação (ECT). Desde então, como parte da nova escola de pensamento, a ECT tem crescido ininterruptamente.

Ao longo destes aproximadamente trinta anos, os trabalhos de Williamson apareceram em um grande número de periódicos e coletâneas. Mais importante, porém, foi a publicação de de três livros principais: *Markets and Hierarchies* (Williamson 1975, doravante MH), *The Economic Institutions of Capitalism* (Williamson 1985, doravante EIC) e *The Mechanisms of Governance* (Williamson 1996, doravante MG). Williamson se refere a eles como sua *trilogia* (MG:18). Estes três livros basicamente agrupam versões revisadas de artigos que o autor publicara anteriormente, cujos focos eram necessariamente mais estreitos, dadas as restrições estilísticas típicas das publicações da profissão. Ao serem reunidos para compor os

¹ Departamento de Economia, UFPR. Pessali também é doutorando do Departamento de Economia da University of Hertfordshire, com bolsa da CAPES. A primeira versão deste artigo foi escrita quando Fernández era pesquisador visitante junto ao Departamento de Economia da University of Massachusetts, Amherst (EUA) com uma bolsa de pós-doutorado da CAPES. Os autores agradecem o apoio das referidas instituições. As observações e comentários de Jean Nienkamp foram essenciais para orientar os autores no mundo da retórica. Além disso, discussões com Alexine Fleck, Alethea Hannemann, Robert Hazard, Sunny MacMillan, Mike Mattison, Dianne Ouelette e Rebecca Townsend constituíram o meio-ambiente intelectual no qual a versão inicial do paper foi escrita. Os autores também agradecem comentários posteriores de N. Emrah Aydinonat, Geoffrey Hodgson e Matthias Klaes. Aproveitamos para esclarecer que são nossas todas as versões ao português de textos consultados em inglês.

livros, porém, duas importantes modificações fizeram-se destacar. A primeira é que os artigos de MH e de EIC estão elaborados de maneira a se encaixarem como partes de um corpo teórico.² A segunda é que são acrescentados alguns capítulos introdutórios, onde Williamson manifesta sua visão sobre como seu trabalho deve ser interpretado no conjunto da profissão.

Nosso objetivo aqui é efetuar uma análise retórica da maneira na qual Williamson constrói a ECT. A análise baseia-se especial mas não exclusivamente nos capítulos introdutórios da trilogia de Williamson, já que ele os utiliza de forma especial para localizar sua teoria e a si próprio no campo da economia.³ Nossa primeira seção traz uma breve revisão e justificativa da importância das análises retóricas em economia. Estaremos seguindo pela trilha aberta por Deirdre McCloskey (1983; 1985) e pavimentada desde então por muitos outros autores, dentro do contexto maior de procurar desenvolver uma retórica da ciência (Nelson *et al.* 1987; Gross 1996). Discutimos em seguida a audiência à qual Williamson pretende se dirigir (parte 2) e suas associações e dissociações com outras escolas de pensamento econômico (parte 3). Analisamos a relação que Williamson tenta estabelecer com outros autores na qualidade de antecedentes intelectuais (parte 4), e então apresentamos algumas observações conclusivas .

1. Análises retóricas em economia

Na definição clássica do termo feita por Aristóteles (1984:24), retórica é a “faculdade de observar, em qualquer situação dada, os meios disponíveis de persuasão.” Do mundo greco-romano (começando nos sofistas) até o Renascimento, a retórica foi considerada uma parte central do conhecimento. Mas a situação então se inverteu, e o seu crepúsculo começou a partir do momento em que Ramus e Descartes promoveram a perspectiva de que a retórica era apenas algo como um creme que enfeita o bolo do conhecimento humano. O fundo do poço foi atingido em algum momento do século XIX, e ali a retórica permaneceu até a primeira metade do século XX. Nesse período, a abordagem cientificista quanto às possibilidades de conhecimento se tornou completamente predominante. Tal visão levou a um desinteresse completo quanto ao estudo da retórica, senão, muitaz vezes, a uma

² Cf. Klaes (1998:223). Ao contrário, MG junta 14 artigos tal qual foram anteriormente publicados, onde Williamson alega ter estado buscando avanços pontuais em diferentes direções da ECT.

³ Mais precisamente, referimo-nos ao prefácio, à introdução e ao capítulo 1 de MH, ao prefácio e ao prólogo de EIC e ao prefácio e ao prólogo de MG.

atitude de rejeição frontal. Dessa maneira, quando Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca escreveram seu essencial “Tratado da argumentação” em 1958, eles precisaram esclarecer que sua ênfase no termo “retórica” era uma manifestação de sua esperança de que pudessem assim “contribuir ao renascer de uma tradição antiga e gloriosa” (1969:5). O ressurgir da retórica na cultura ocidental ao longo dos últimos 40 anos, assim como o muito disseminado uso do termo em nossos dias, permitem sugerir que essa meta foi atingida. Em realidade, a disciplina está sendo estendida e aplicada a áreas de conhecimento que há pouco eram consideradas completamente livres de qualquer fenômeno retórico.

Este retorno não é, porém, tão surpreendente assim. Apesar do seu quase completo desaparecimento do mundo acadêmico europeu, a retórica manteve-se viva na tradição dos departamentos de *speech communication* nos EUA.⁴ Mais importante, talvez, tenha sido o crescente desconforto que fora se cristalizando, de forma lenta mas constante, com a visão fundacionalista da ciência e do conhecimento prevalecente na primeira metade do século XX. Como alternativa, cresceu um renovado interesse na retórica.

Mas deve ser notado que a rejeição da retórica certamente encontra sua origem num fantasma que assombra a disciplina há séculos: a idéia de que ela é o oposto da lógica e, portanto, da razão.⁵ Esta pretensa incompatibilidade entre lógica e retórica e baseia-se na contraposição entre verdade, própria da primeira, e opinião, vista como a substância desta última. Os que enfatizam esta contraposição sugerem que opinião é uma crença completamente injustificada, que talvez possa vir a ser justificada e, nesse caso, transformada em verdade. Todavia, em poucas ocasiões (ou quase em nenhuma) se pode oferecer evidências indiscutíveis. Portanto a maioria das proposições que enunciamos são apenas prováveis. Logo opiniões melhor ou pior justificadas se tornam a base normal para uma argumentação racional baseada em premissas prováveis. O papel da razão é, logo, o de avaliar as evidências oferecidas em prol de cada asseveração. Os ouvintes não decidirão na base do “ou isto ou aquilo,” mas apoiarão em maior ou menor grau às diferentes afirmações formuladas.⁶

⁴ Isto é algo que o próprio Perelman reconheceria posteriormente (Foss *et al.* 1991:121).

⁵ O’Neill (1998:206-9) sugere que a idéia de que não existe compatibilidade entre retórica e razão pode ser sustentada tanto de uma perspectiva racionalista como de uma retórica.

⁶ “[Uma] teoria da argumentação não pode se desenvolver no caso de se esperar que cada prova seja uma redução ao que é evidente por si. De fato, o objeto da teoria da argumentação é o de estudar as técnicas discursivas que nos permitem induzir ou aumentar o apoio intelectual às teses apresentadas procurando o acordo” (Perelman & Olbrechts-Tyteca 1969:4).

Assim, podemos afirmar, como o faz Richard Harvey Brown, que a própria razão é retórica e que a verdade é “inevitavelmente lingüística, dado que o rigor lógico é um produto do caráter sintaticamente correto e o conteúdo empírico é uma função do caráter semanticamente apropriado” (1987:187).

Além disso, a argumentação é dirigida a algumas pessoas (a audiência) para persuadi-las a agir (ou a pensar) de uma certa maneira. Portanto a retórica tem um viés pragmático, o que levou Kenneth Burke a redefinir o contraste entre opinião e verdade. Em suas palavras, “O tipo de opinião com o qual a retórica lida é a que induz para a ação, não é a opinião *que se contrapõe à verdade*” (1984:54, grifos no original).

O moderno revigoramento da retórica tem levado ao estudo da argumentação em vários âmbitos do conhecimento. A retórica começou a ser aplicada inicialmente às ciências sociais, e o Projeto para uma Retórica da Pesquisa (também conhecido como *Poroi*) na Universidade de Iowa teve um papel importante na constituição da área. Em seguida, as ciências consideradas “duras” também passaram a ser estudadas, e daí surgiu o campo da Retórica da Ciência. Alguns dos primeiros retoricistas contemporâneos chegaram a considerar que o discurso científico não é retórico (Bitzer 1968). Hoje porém tal restrição foi superada na teoria e na prática pelo grande volume de trabalhos que mostram que não há diferenças essenciais na maneira em que os argumentos devem ser construídos, sejam científicos ou não.⁷ Como disse Alan Gross (1996:12),

O raciocínio retórico e o científico não diferem em tipo, apenas em grau. Nenhuma indução pode ser rigorosamente justificada: todas cometem a falácia de afirmarem o conseqüente.... A certeza dedutiva é igualmente uma quimera: requereria a aplicação uniforme de leis do pensamento, que deveriam ser verdadeiras em todos os mundos possíveis.... Dado que as lógicas da ciência e da retórica diferem apenas em grau, ambas são objetos apropriados para a análise retórica.

Deve-se ter claro que afirmar que a ciência é retórica não representa uma tentativa de diminuí-la. Estamos de acordo com Bazerman (1988:321) quando diz que “a persuasão está no centro da ciência, não num cantinho sem importância. Uma retórica inteligente, praticada dentro de uma comunidade científica séria, experiente,

⁷ Não é possível discutir aqui a crescente literatura de retórica da ciência; é possível mencionar, porém, os livros de Bazerman (1988), Fuller (1993), Gross (1996), Myers (1990) e Prelli (1989) como obras básicas na área; a antologia editada por Harris (1997) é uma excelente introdução a este campo do conhecimento.

conhecedora e comprometida, constitui um método sério de procurar a verdade.”⁸ Ou, como sustentam Nelson *et al.* (1987b:17) “A retórica da pesquisa investiga como a razão é retórica.”

Como consequência de todas estas influências, uma vasta literatura sobre “A retórica de” (como sugeriu John Lyne, 1998, p.4) proliferou nos últimos quinze anos. Um dos primeiros, e talvez melhor sucedido, destes esforços é o que se voltou à retórica da economia. Esta linha de investigação foi começada por McCloskey no início da década de 1980 e já atingiu importantes resultados. Por exemplo, ela chamou a atenção dos economistas para o modo como escrevem e apresentam seus argumentos. Isto também propiciou a discussão de questões mais propriamente epistemológicas (dentre outras, o estudo da relação entre argumentação e verdade) que constituem uma parte central da abordagem retórica da economia.⁹

Nossa análise da contribuição de Williamson deve ser entendida neste contexto. Nós estudamos qual o público a que ele se dirige, como constrói seus argumentos, que técnicas retóricas utiliza, etc. A perspectiva que nos orienta é a de que quando olhamos um certo texto estamos considerando um produto acabado. Esse produto é o resultado de uma série de decisões tomadas pelo(s) autor(es) consciente e inconscientemente. O papel do leitor é o de interpretar o texto, e a retórica fornece instrumentos úteis de interpretação. Ler de uma perspectiva retórica significa um esforço em sublinhar como o autor tenta alcançar suas metas de persuasão dados os limites que deve enfrentar e dado seu contexto social e intelectual (veja-se Gorrell 1997). Como apontou William Keith (1997), a interpretação retórica é similar à engenharia reversa. Nesta situação, os engenheiros tentam entender como um certo objeto foi feito sem realmente saber como isso se deu, para produzir assim algo que funcione como aquele original. Desse modo, quando eles olham para o objeto, não sabem o que nele foi desenhado com algum propósito e o que foi meramente accidental. Esta analogia é muito rica para as análises retóricas: temos um texto à

⁸ Por ‘verdade’ aqui deve-se entender aquilo que McCloskey (1994a:211) denomina verdade de caixa-baixa, “a verdade feita mais do que encontrada” e não a verdade de caixa-alta, “aquela que se encontra na mente de Deus.”

⁹ Além dos trabalhos de Deirdre McCloskey e Arjo Klamer, as três obras que melhor ilustram a significativa e variada produção feita em nível internacional nesta área são Henderson *et al.* (1993), Klamer *et al.* (1988) e Samuels (1990). No Brasil, é obrigatório mencionar a coletânea organizada por José Márcio Rego (1996), a qual inclui entre outros artigos o trabalho pioneiro de Arida, cuja primeira versão é de 1983.

nossa frente, não sabemos com certeza como ele foi feito, mas procuramos entender melhor seu sentido através da compreensão de como ele pode ter sido construído.¹⁰

É necessário fazer aqui um esclarecimento. A discussão acerca de se o autor/orador deve ser visto como o “lugar de origem” ou como “ponto de articulação” do discurso (Gaonkar 1997:33) é desinteressante para este trabalho e será ignorada. Assumiremos, portanto, que elementos propositais e não-propositais podem ser localizados em qualquer texto. Segundo William Keith (1997:239, grifo no original),

A retórica é uma entre muitas (re)descrições possíveis do discurso, e a escolha de uma descrição *não* depende do que é “realmente verdadeiro” sobre o discurso, mas no envolvimento com sucesso na resolução de problemas específicos. A redescricao do discurso em termos estratégicos é uma das redescricões possíveis, mas isso não invalida as outras.

Da perspectiva de uma engenharia reversa do discurso, o texto será considerado como se fosse basicamente um produto estratégico das decisões dos autores.¹¹ Este viés estará presente na análise dos textos de Williamson que se segue.

2. Williamson e sua audiência

Uma hipótese básica das análises retóricas é a de que os autores tentam persuadir, de maneira mais ou menos consciente, algum grupo de pessoas. Logo os autores dirigem seus discursos orais ou escritos a estes ouvintes ou leitores. O conjunto de pessoas que o orador pretende influenciar com sua argumentação é denominado sua audiência (Perelman & Olbrechts-Tyteca 1969:19). A audiência à qual o autor se dirige não precisa ser (e normalmente não é) um grupo homogêneo, fato que o orador deve levar em consideração. Isto se torna particularmente importante no caso dos textos escritos, pois seu autor, mesmo ao se dirigir mentalmente a um grupo

¹⁰ Aqui seguem alguns exemplos da diversidade dos tipos de análises retóricas. Bazerman (1993), Bianchi & Salviano Jr. (1999) e Freedman (1995) são obras que focalizam em profundidade um único texto; Henderson (1993) e Lewis (1991) estudam diferentes textos de um único autor; Swales (1993) e Fernández *et al.* (1997) comparam diferentes textos voltados a um mesmo assunto.

¹¹ Leitores pouco simpáticos a este ou qualquer outro artigo sobre retórica sempre podem argumentar: “Você está desvirtuando a intenção do autor!” Mas é razoável sugerir que isto é sempre o que os leitores fazem (cf. Gerrard 1993). Como diz Paquet (2000:12), “para encontrar o sentido que o autor visou, o leitor deve pesquisar todos os sentidos possíveis das palavras. Mas ao estender dessa maneira o leque de sentidos para abranger todos os sentidos possíveis, o leitor pode encontrar muitos mais do que aqueles buscados pelo autor. E inclusive os poucos sentidos que podem ter sido buscados pelo autor podem ser eclipsados pelos muitos sentidos que o leitor pode imaginar, e que são e devem ser bem mais interessantes para ele.”

bem definido, não pode prever exatamente quem, quando, nem em quais circunstâncias seu trabalho será lido.¹²

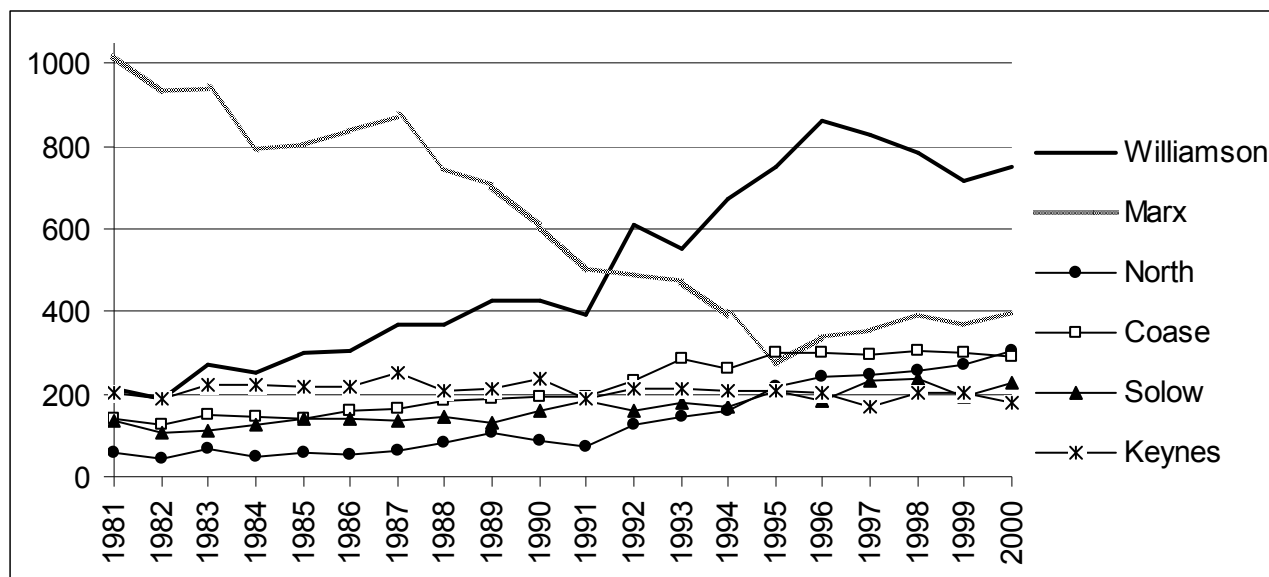
Para persuadir sua audiência, o orador apresenta uma argumentação. A argumentação pode ser definida como “uma ação humana intencional pela qual se apresenta evidências favoráveis a uma crença passível de debate” (Fleming 1996:12). Logo, como a verdade (ou a exatidão) de qualquer argumentação não pode ser provada, o orador tenta aumentar a adesão da audiência às posições que ele defende. Para conseguir a adesão da audiência, o orador deve começar sua argumentação tentando mostrar que ele compartilha certas premissas com sua audiência, de modo que as conclusões às quais ele quer chegar acabem sendo uma conclusão razoável para quem parte das referidas premissas, somadas a outras evidências que sustentam sua visão.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (1969:23-4) comentam que “Na argumentação, o fundamental não é saber o que o orador considera verdadeiro ou importante, mas conhecer a visão daqueles aos quais ele se dirige.” Esta concepção de persuasão não envolve nenhum artifício fraudulento nem outros procedimentos contrários à ética; ela simplesmente lembra que se um orador quer ser ouvido precisa estabelecer alguma afinidade com sua audiência. Um dos primeiros passos, então, em nosso estudo da construção retórica da TCE por parte de Williamson é entender qual era a audiência pretendida de cada uma das obras que estamos analisando.

Gostaríamos, como passo prévio, de trazer alguns dados de citações para termos uma dimensão quantitativa da audiência de Williamson. Para esses fins, podemos ver no Gráfico 1 a vertiginosa decolagem assim como o elevado patamar no qual as citações de Williamson têm se mantido. À guisa de comparação, mostramos as citações de outros economistas influentes.

¹² Do nosso ponto de vista, a literatura sobre a retórica da ciência precisa enfatizar mais o fato de que trabalha principalmente com argumentos escritos. Nestas condições, certas falácias verbais cujo impacto pode ser grande numa conversa ou num debate oral perdem grande parte de sua importância. Os textos, uma vez escritos, ficam congelados. Eles até podem conter, p.ex., artifícios que podem ter efeito no calor de um debate, mas estes podem vir a ser destruídos ao serem lidos e relidos quantas vezes o leitor o desejar. A situação retórica muda fundamentalmente. O ritmo do diálogo se reduz. A ausência do confronto face-a-face exige quem deve responder de algumas pressões e urgências, e permite uma escolha mais tranqüila de alternativas. Os críticos e desconformes, por sua vez, podem ter muito mais tempo para contextualizar seus argumentos. Estas considerações deveriam incrementar a importância que a retórica tem como estudo da argumentação razoável aplicada à ciência.

Gráfico 1. Citações a Oliver Williamson e a outros economistas importantes



Fonte: *Social Science Citation Index*, versões eletrônica e impressa.

Não é nossa intenção aqui desenvolver uma análise detalhada das citações, nem discutir os limites deste instrumental.¹³ Elas são usadas apenas num sentido bastante corriqueiro. Elas constituem uma evidência importante da influência, reputação, qualidade e – se podemos acrescentar – do caráter polêmico do trabalho de um autor conforme o vêem seus pares (Biddle 1996:137). Nestes termos, verifica-se que Williamson e a ECT têm motivado reações de uma audiência muito grande nas ciências sociais. Mas devemos voltar ao ponto de partida de nossa análise, para ver como é que isto foi alcançado.

Quando do lançamento de MH, Williamson era um economista que já tinha conseguido publicar seus trabalhos em alguns dos principais periódicos em economia (especialmente na *American Economic Review*).¹⁴ Ele abertamente enfatiza isto nas primeiras páginas do livro. Os principais antecessores que menciona, i.e., Commons, Coase, Hayek e a “literatura das imperfeições de mercado,” encontram-se todos dentro do âmbito da profissão. Podemos sugerir, portanto, que aqui ele está basicamente conversando com economistas. Algumas afirmações, tais como se referir “ao objeto *familiar* da análise microeconômica” no primeiro parágrafo do prefácio (p. xi,

¹³ Sobre este assunto, consulte-se por exemplo Edge (1979), Smith (1981) e Cronin (1984).

¹⁴ Outros aspectos devem ser citados, e nos permitem ver seu impacto na profissão como algo singular. Com 31 anos Williamson ganhou o prêmio da Fundação Ford com sua tese de doutorado e teve assim sua primeira obra publicada (Williamson 1964). Esta foi considerada como uma das grandes responsáveis por estabelecer um modelo “gerencialista” (*managerialist*) da firma, e seu nome ficou fortemente associado com estes modelos (veja-se p.ex. o manual de microeconomia nada convencional de Koutsoyiannis 1979:371-83). Seu segundo livro (Williamson 1970) consolidou essa imagem.

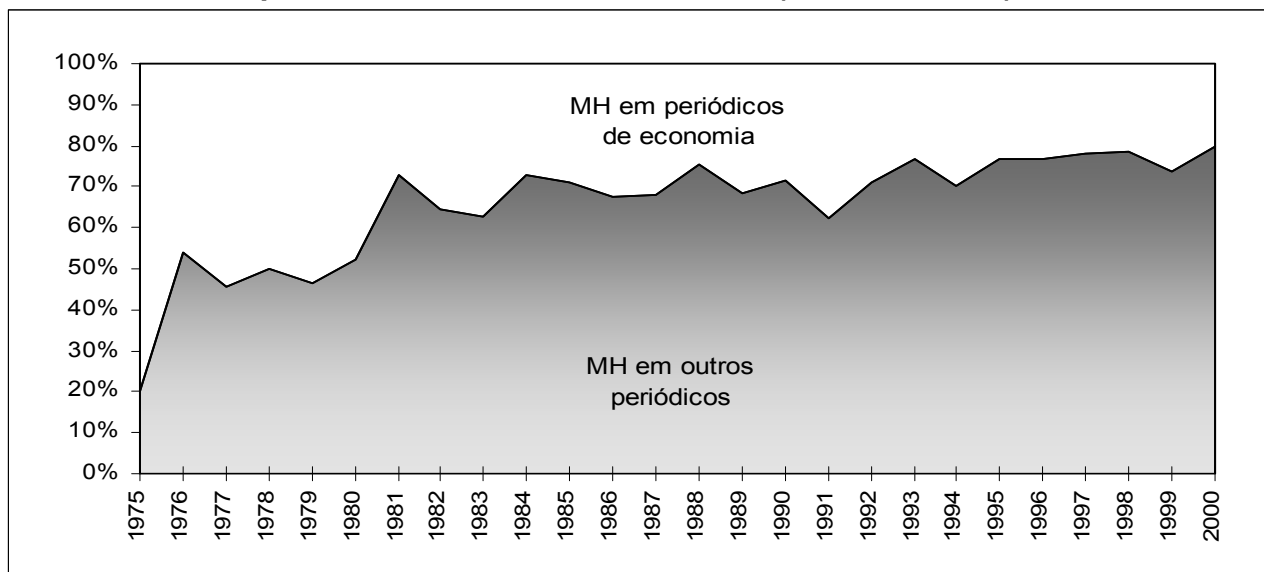
grifos nossos) claramente definem sua audiência pretendida (familiar para quem mais?). Esse efeito é reforçado quando o autor usa logo a seguir expressões tais como “microteoria *recebida*” e “análise *convencional*” (p. xi, grifos nossos).

Williamson apresenta sua perspectiva como sendo diferente do que é familiar, convencional e recebido para os economistas. Isto é compatível com a decisão de dirigir seu trabalho aos seus colegas, já que os economistas são quem pode aceitar a asserção de que seus *insights* são mais frutíferos do que o esquema analítico tradicional. Adiciona-se a isso o fato de Williamson em MH mostrar esforços, se muito, modestos para realçar sua relação com outras áreas do conhecimento.

Pode-se perceber que àquela época Williamson já tinha começado a estabelecer contatos com a área de direito. Versões anteriores de três dos capítulos tinham aparecido em prestigiosas publicações jurídicas (p.xiii), mas, como dito acima, ele não enfatiza o caráter interdisciplinar do seu esforço. Isso contrasta claramente com a ênfase que ele viria dar às relações intelectuais com outras disciplinas em obras posteriores. Ele só menciona timidamente que sua abordagem é interdisciplinar “...pois recorre extensamente a contribuições das áreas de economia e de teoria das organizações” (p. 7). Perceba-se, porém, as referências mencionadas desta última área: o economista Thomas Schelling, o cientista social Erving Goffman, e Herbert Simon, cuja obra eclética só pode ser parcialmente considerada como representativa desse campo. Pouco contribuem estas menções para estabelecer uma ponte sólida com a área de administração. Em realidade, a referência a dois acadêmicos (Simon e Schelling) cujo trabalho, embora pouco convencional, já tinha causado um impacto significativo na área de economia funciona mais como um lembrete ao leitor de que Williamson, mesmo mencionando seu espírito interdisciplinar, continua sendo essencialmente um economista e quer se dirigir principalmente aos seus colegas.

O Gráfico 2 permite perceber o sucesso dessa estratégia. Apesar de atingir uma audiência interdisciplinar desde o começo, MH teve um impacto inicial maior entre os economistas.

Gráfico 2. Recepção de MH nas Ciências Sociais (% de Citações)



Fonte: *Social Science Citation Index*, versões eletrônica e impressa.

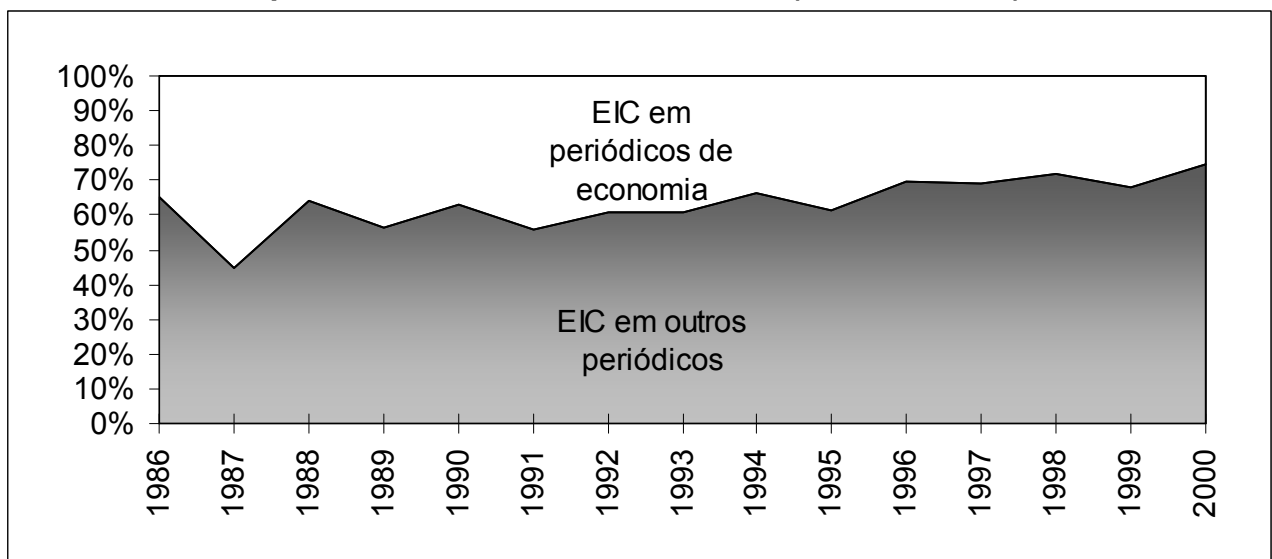
Mas se Williamson não está muito preocupado com audiências “externas”, ele faz por outro lado um claro esforço para deixar as portas abertas para diferentes escolas de pensamento dentro da economia. Quanto ao *mainstream*, Williamson diz na página inicial que sua perspectiva não “conflita essencialmente com a microteoria recebida” (p. xi). Na mesma página fica claro que ele considera a velha economia institucional como potencial parte de sua audiência, ao afirmar que “...os alunos e seguidores de John R. Commons [logo, os velhos institucionalistas, F&P] reconhecerão que eu concordo com seu dizer que a transação é a unidade final de análise microeconômica” (p. xi). Outro grupo ao qual se dirige indiretamente é o dos economistas da escola austríaca. Embora não faça nenhuma menção explícita a esta escola, o fato de que Williamson postula a Hayek como um dos seus antecessores certamente motiva estes economistas a ouvirem sua mensagem como o produto de alguém que tem (ao menos parcialmente) a mesma herança intelectual.

A audiência pretendida muda quando Williamson escreve EIC. Já estabelecido firmemente na academia de economia, ele agora sublinha com frequência os aspectos interdisciplinares da ECT. Ele aumenta o leque de leitores aos quais se dirige de modo a incluir outros cientistas sociais e declara logo no primeiro parágrafo que “A Economia dos Custos de Transação encontra suas origens em alguns importantes *insights* – em direito, economia e teoria das organizações – nos anos 30” (p. xi). Note-se então que o prólogo do livro está organizado de modo a atribuir o mesmo peso às contribuições das três áreas. Com efeito, além de uma parte introdutória sem título, a seção denominada “1. Antecedentes dos anos 1930,” encontra-se dividida em sub-seções

denominadas: “1.1 Economia,” “1.2 Direito” e “1.3 Teoria das Organizações.” A mesma divisão se repete na seção seguinte, chamada “2. Os trinta anos posteriores” dividida em “2.1 Economia”, “2.2 O Direito e a Evolução da Ordenação Privada” e “2.3 Teoria das Organizações.”¹⁵

O Gráfico 3 permite ilustrar a audiência de EIC. No que se refere aos dados de citações, parece que EIC teve inicialmente uma audiência mais interdisciplinar do que MH.

Gráfico 3. Recepção de EIC nas Ciências Sociais (% de citações)



Fonte: *Social Science Citation Index*, versões eletrônica e impressa.

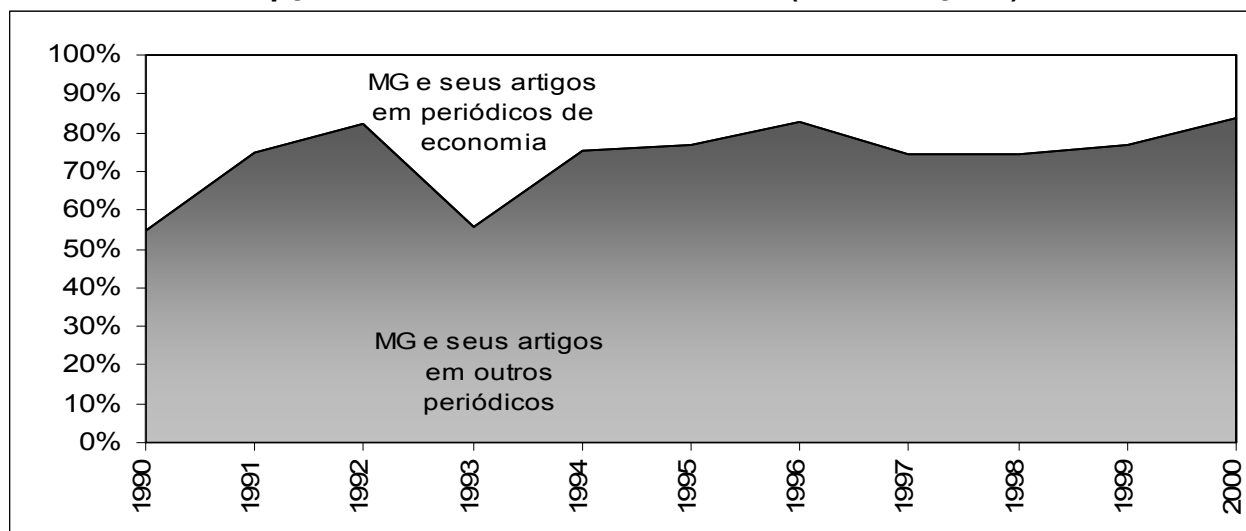
Ainda outra mudança pode ser notada nas partes iniciais de MG. Nesse momento, Williamson declara que a interdisciplinaridade da TCE foi amplamente reconhecida e que ela forma parte em verdade de um movimento maior cuja importância está crescendo. Ele diz com orgulho que a NEI, da qual a ECT é parte, “...também é produto de um movimento cuja hora chegou. Os anos oitenta testemunharam um renascimento do interesse nas instituições *em todas as ciências sociais*” (MG:ix, grifos nossos).

Neste contexto, a parte da audiência com a qual Williamson tem contatos mais próximos, os economistas, pode se sentir relegada. Mas Williamson certamente não gostaria de provocar um distanciamento com sua principal audiência. Ele tenta evitar isso (cabe ao leitor avaliar se ele foi bem sucedido) afirmando que a NEI “...é uma

¹⁵ Em 1985 também começa a publicação de um periódico cujo título reflete a visão de Williamson sobre o estudo interdisciplinar das firmas, o *Journal of Law, Economics and Organization* (editado pela prestigiosa Yale University Press). O primeiro número da revista incluiu um artigo que viria a ser o

combinação interdisciplinar de direito, economia e teoria das organizações na qual a economia é primeira entre iguais” (MG:3). Os dados de citações de MG, no Gráfico 4, mostram uma recepção ainda mais interdisciplinar do novo livro.

Gráfico 4. Recepção de MG nas Ciências Sociais (% de citações)



Fonte: *Social Science Citation Index*, versão eletrônica.

Uma consideração geral sobre a audiência à qual Williamson se dirigiu é a de que nos três livros ora considerados ele evitou o uso de linguagem matemática. Algumas poucas vezes recorreu a gráficos (caps. 1 de MH e 4 de EIC), e ao discutir o modelo dos reféns (caps. 7 e 8 de EIC) desenvolveu uma análise formal utilizando álgebra simples. Todavia, o uso destas matemáticas não impede que o texto seja entendido pelo público leigo culto e especialmente pelos pesquisadores das outras ciências sociais. Tornar o discurso inteligível fora da economia evitando matemáticas avançadas, porém, pode ter seus custos. Parte da audiência (economistas neoclássicos fortemente identificados com abordagens formais) pode não acreditar que o trabalho de Williamson mereça ser considerado seriamente.¹⁶ É obviamente impossível neste caso satisfazer ambos os grupos. Pode-se sugerir, então, que já do

primeiro capítulo de EIC, tido por Williamson como “uma visão panorâmica da abordagem da ECT ao estudo da organização econômica” (EIC:12).

¹⁶ Entre possíveis exemplos dessa atitude, mencionamos um. São os comentários de Herschel Grossman no debate de um *paper* atípico escrito por Larry Samuels, numa conferência sobre macroeconomia em 1987. Segundo Mirowski (1992:245), Grossman “opinou que não dá para acreditar em qualquer um que apareça com uma abordagem empirista informal. Considere, ele disse, um trabalho representativo de um economista que não tenha sido treinado nas técnicas do ‘estado-da-arte;’ o que se obtém é lixo. É só comparar a evolução recente da economia na Europa e nos EUA. Na Europa, a metodologia keynesiana de ser uma pessoa inteligente que tem *insights* sagazes é levada a sério, e portanto a maior parte do trabalho importante em economia aconteceu nos EUA, onde ‘nós’ seguimos uma estratégia de pesquisa diferente.”

início de seu projeto intelectual Williamson preferiu estender sua audiência, ainda que sob o risco de perder parte do seu público potencial dentro da profissão.

3. A ECT e outras escolas de pensamento: identificação e diferença

Um problema que qualquer argumentação enfrenta é o de definir sua posição perante o leitor. Para ser compreendido num debate, o orador tenta utilizar algumas palavras para mostrar o que o vincula com e o que o separa das outras perspectivas. Como Burke (1966:46) diz: “Basicamente há dois tipos de termos: os que unem coisas, e os termos que as separam.”

Esta é uma questão menor para alguém que trabalha dentro de uma tradição bem definida. Neste caso, uma revisão padrão da literatura, típica dos artigos científicos vistos como gênero literário, será suficiente para colocar o autor no contexto de uma certa tradição intelectual. Não será necessário um esforço adicional para rejeitar explicitamente outras perspectivas. Ignorá-las será suficiente. Ao contrário, para alguém que está propondo abertamente uma nova abordagem, como no caso de Williamson (“uma perspectiva diferente está sendo oferecida”, MH:xii), este problema torna-se central.

Ao escrever MH, Williamson precisa colocar sua perspectiva em meio a outras contribuições e abordagens dentro da economia. Seu maior maior esforço é para se vincular a uma nova escola, a NEI, que ainda está sendo construída.¹⁷ Indo nesse sentido, o primeiro capítulo é denominado “*Rumo a uma nova economia institucional*” (grifos nossos).¹⁸ Ele enfatiza que “O espírito no qual este livro está escrito segue em grande medida o pensamento desses novos institucionalistas” (MH:1). Esta identificação como parte de uma escola diferente exige que Williamson explique suas relações tanto com o *mainstream* como com aqueles a quem se refere como “institucionalistas anteriores.”

Quanto ao *mainstream*, Williamson enfatiza que ele quer ir além da microteoria recebida, mas não romper com ela. Esta teoria, “tão útil e poderosa para muitas coisas, opera em um nível de abstração muito alto” (p.1), porque seus instrumentos de modelagem “são insuficientemente microanalíticos” (p.xi). Ele sublinha que sua teoria

¹⁷ Williamson originalmente criou o nome NEI em MH.

¹⁸ A primeira frase do cap. 1 (p. 1) conta ao leitor de onde vem a NEI, a saber: “Aspectos da teoria micro tradicional, da história econômica, da economia dos direitos de propriedade, dos sistemas econômicos comparados, da economia do trabalho e da economia industrial contribuíram para este renascer.”

não deve ser contraposta à abordagem tradicional, mas ao contrário ele se inclina “a considerá-las complementares” (p. xi).¹⁹

Ao falar dos velhos institucionalistas, Williamson diz que “a análise das transações foi considerada por Commons e por outros institucionalistas como central para o estudo da economia” (p. xi). Mas isto não o leva a uma avaliação positiva em termos gerais desta perspectiva. Ao contrário, até esta menção pode ser vista como um passo arriscado. Economistas ortodoxos podem fechar o livro frente à menor amostra de simpatia pelos velhos institucionalistas. Cuidadosamente, portanto, na primeira frase do parágrafo seguinte Williamson apressa-se a declarar que “Meu tratamento difere daquele dos institucionalistas em três maneiras, no mínimo.” Falando depois acerca da NEI, ele afirma “Ao contrário dos velhos institucionalistas, porém, este grupo inclina-se a ser eclético” (p. 1). É certo que tal adjetivo pode ser usado em tom desfavorável, mas este não é o caso. Aqui o uso do adjetivo eclético sugere que os velhos institucionalistas eram o oposto, ou seja, dogmáticos ou inflexíveis. A sutileza aqui está em fazer do ecletismo uma característica desejável para o progresso da ciência ou de uma de suas partes. Simultaneamente, resta à qualidade oposta um apelo indesejável.²⁰ Poucos cientistas gostariam de ser vistos como dogmáticos. A qualidade negativa é associada assim com aqueles que estão sendo criticados. Não é demais lembrar que muitos dos que são reconhecidos como aliados também poderiam ser identificados como dogmáticos (mas num dogma diferente) ou inflexíveis (sobre um conjunto alternativo de hipóteses).

Quanto aos austríacos, ou mais especificamente Hayek, a abordagem de Williamson é respeitosa mas as diferenças são claramente marcadas. Tome-se, para comparação, as descrições que Williamson faz das influências que os trabalhos de Coase e os de Hayek tiveram no seu próprio pensamento. O pano de fundo é a primeira seção do capítulo 1 de MH, denominada “Alguns antecedentes.”

Numa sub-seção, Williamson fala de “Coase sobre a Natureza das Firms” (p. 3-4) enquanto em outra fala de “Hayek sobre informação” (p. 4-5). Ambas sub-seções tratam inicialmente dos méritos de cada abordagem, mas apresentam um parágrafo final mostrando os limites das mesmas. Com a perspectiva de Coase o problema é que “os fatores em que se baseia... não estão suficientemente trabalhados” e sua

¹⁹ Isto é posteriormente reforçado de maneiras diferentes. Uma delas é a menção da literatura das falhas de mercado, na qual inclui os nomes de Kenneth Arrow e de Paul Samuelson.

²⁰ Veja-se a esse respeito a análise de Perelman & Olbrechts-Tyteca sobre pares filosóficos (1969:420-42).

discussão da organização interna e dos mercados “encontra-se ainda mais incompleta.” Portanto, é preciso “uma teoria mais completa... do que aquela que Coase conseguiu fazer” (p. 4). Conseqüentemente, pode-se pensar em Coase como um antecessor que estava na trilha certa, e cuja falha foi não ter desenvolvido suficientemente a teoria.

Mas com Hayek há um tom diferente. Williamson comenta quatro pontos do seu artigo *O uso do conhecimento na sociedade*. O quarto é: “A ‘maravilha’ do sistema econômico é que os preços servem como estatísticas suficientes, portanto economizando na racionalidade limitada” (MH:5). Williamson acrescenta a seguir: “Embora cada uma destas observações seja importante para o argumento deste livro, eu as emprego de uma maneira algo diferente em relação ao que faz Hayek... eu sustento que geralmente os preços *não* servem como estatísticas suficientes” (grifos no original). Essas menções, portanto, aparentam trazer à tona alguns dos assuntos relevantes abordados por Hayek, mas uma visão que defenda seus argumentos e conclusões é rapidamente desconsiderada. Tal contraposição direta pede que o papel da citação feita por Williamson seja repensado. Nossa sugestão é que talvez tenha sido feita não porque representava um dos *insights* que Williamson herdou de Hayek, mas porque permitia que ele manifestasse uma de suas fortes discordâncias com o pensador austríaco.

Quanto a teorias anteriores que tratavam de mercados e hierarquias, há dois pontos principais com os quais ele quer deixar bem claro seu desacordo. Por isso ele inclui no final do primeiro capítulo uma sub-seção denominada “1.6 Algumas diferenças” com dois sub-títulos: “Diferenças com a literatura pioneira sobre firmas e mercados” e “Diferenças com o Paradigma Estrutura-Condução-Desempenho” (doravante PECD). Sobre o primeiro ele diz (MH:7, grifos nossos): “1) Estou *muito mais* preocupado do que as abordagens anteriores em desenvolver as ramificações da racionalidade limitada; 2) Eu expressamente introduzo a noção de oportunismo... 3) Eu *ênfatizo* que não são nem a incerteza nem o número pequeno, juntos ou separados, que causam as falhas de mercado.” Podemos sugerir que Williamson aqui aponta diferenças de grau (ele está *muito mais* preocupado, ele *ênfatiza*) ou idéias novas que ele introduz. Mas ele não sugere que existam desacordos com esta literatura. Quanto ao PECD, porém, há um tom diferente. Ele diz que em suas análises “a organização interna é *grandemente negligenciada*” e que para estudar organizações de quase-mercado ou fora do mercado “o paradigma convencional tem sido de utilidade *limitada*”

(p. 8, grifos nossos). Aqui as diferenças dizem respeito a deficiências desta abordagem. O leitor poderia reagir de uma maneira diferente se fizéssemos uma inversão nas afirmações originais. Considere quão diferente seria o impacto se Williamson escrevesse, por exemplo, que o primeiro grupo “*negligenciou* as ramificações da racionalidade limitada”, acrescentando a seguir que ele próprio “*está muito mais preocupado com a organização interna*” do que o PECD.

Isto pede que olhemos as conclusões teóricas de ambas as abordagens. A PECD tipicamente conclui que as firmas grandes reduzem o bem-estar na economia. Williamson se posiciona no outro extremo do espectro, pois ele considera que as grandes companhias verticalmente integradas são em geral o resultado de uma procura da eficiência econômica.²¹ No que diz respeito aos autores da “literatura pioneira,” as implicações do tamanho das firmas ao nível de política antitruste certamente não representam uma de suas preocupações centrais.

Consideremos aqui uma ferramenta analítica proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Eles sugerem que os objetos podem ser separados de duas maneiras diferentes: ora rompendo os vínculos entre eles ora por dissociação. Nas suas palavras (Perelman & Olbrechts-Tyteca 1969:411-2):

A técnica de romper vínculos consiste, portanto, em afirmar que elementos que deveriam permanecer separados foram associados inadequadamente. A dissociação, por sua vez, assume a unidade original de elementos compreendidos por um único conceito e designados com uma única noção. A dissociação de noções traz uma mudança mais ou menos profunda nos dados conceituais usados como base de argumentação. Não é mais uma questão de separar os vínculos que ligavam elementos independentes, mas de modificar a própria estrutura destes elementos.

Quanto à posição de Williamson em relação aos velhos institucionalistas e ao PECD, parece que ocorre um caso de ruptura de vínculos. O nome das escolas no primeiro caso, e o estudo das conseqüências econômicas das organizações complexas no último sugeririam uma afinidade. Mas eles podem ser separados e “permanecer como eram no estado inicial, como tijolos que foram salvos intactos de um edifício que foi derrubado” (Perelman & Olbrechts-Tyteca 1969:413). Mas quando chegamos ao

²¹ Williamson também enfatiza que o estudo das firmas e das atividades de mercado efetuado pela PECD “é ainda menos microanalítico do que os modelos da teoria micro recebida... analistas de política nesta tradição... normalmente imputam propósitos anti-concorrenciais a práticas complexas ou pouco familiares do mundo dos negócios quando, ao contrário, o principal objeto dessas práticas é a eficiência transacional. O resultado... é uma hostilidade às organizações econômicas complexas” (MH:251)

mainstream, porém, as coisas são bem diferentes. Aqui o problema é o de mostrar os limites de algo que para Williamson (e para grande parte de sua audiência também) vale a pena preservar mas cuja proximidade pode levar, em certas situações, a respostas questionáveis. Na medida em que isso se restrinja ao desenvolvimento incompleto de alguns assuntos (uma abordagem insuficientemente microanalítica), a dissociação de conceitos parece razoável. Ao dissociar conceitos é possível “eliminar incompatibilidades que surgem ao confrontar uma proposição com outras” e portanto, “ao nível teórico, isso nos leva a uma solução que também será válida no futuro posto que, ao remodelar nossa visão da realidade, impede-se que a mesma incompatibilidade ressurgja no futuro” (p. 413).

O conceito de oportunismo é um exemplo de uma dissociação que caracteriza grande parte do relacionamento de Williamson com o *mainstream*. A abordagem micro tradicional propõe que as firmas (que sobrevivem) agem eficientemente. Ao mesmo tempo, ela postula que os indivíduos racionais agem procurando maximizar seu auto-interesse ou a utilidade própria. Isto leva a um confronto de proposições: como podem as firmas procurar alcançar suas metas de eficiência quando todos seus membros buscam seus objetivos individuais? A teoria tradicional nada dizia a esse respeito. Mas o conceito de oportunismo, segundo Williamson (MH:26), permite que os agentes atuem estrategicamente na procura de seu auto-interesse sem que isso leve ao colapso da firma. Como Williamson diz, para que o oportunismo se constitua num problema devemos ter uma situação de números pequenos (p. 27). E mesmo nestes casos, as firmas têm soluções possíveis para o problema. Por exemplo, elas podem usar tecnologias bem padronizadas (p. 68) ou criar mercados internos de trabalho (p. 77). Conseqüentemente, tanto a inclusão de agentes oportunistas quanto a de elementos contrários que reduzem o impacto deste tipo de comportamento, representam maneiras de remodelar a realidade. Esta reconstrução da realidade deve evitar que a contradição percebida no esquema teórico do *mainstream* reapareça.

Em EIC Williamson parece menos interessado em marcar as diferenças entre seu programa de pesquisa e outras abordagens. Como dissemos na segunda seção, EIC se dirige a uma audiência maior e por isso não está tão preocupado com as diferenças entre os economistas. As críticas aos velhos institucionalistas desaparecem e as diferenças com o *mainstream* aparecem com menos freqüência. Ele diz que a ECT “é

afim à ortodoxia” (EIC:xii), reconhecendo que “há, contudo, diferenças reais” (EIC:xii).²² A economia neoclássica é descrita como um “rival formidável” (EIC:2) da ECT.

Esta crítica respeitosa não impede que ele qualifique duas idéias do *mainstream* que se opõem frontalmente à perspectiva da ECT. Primeiro, ele fala da “*noção errada* de que a eficiência econômica era substancialmente independente da organização interna,” acrescentando que a caracterização “da firma em termos exclusivamente tecnológicos estava *falida*” (EIC:11, grifos nossos). Em segundo lugar, Williamson faz a crítica mais forte ao *mainstream* citando outro economista, justapondo à citação uma observação muito cautelosa: “Estava surgindo, contudo, um descontentamento com a aceitação exclusiva da teoria neoclássica dos preços. Vernon Smith portanto declarou enfaticamente que a ortodoxia estava morta” (EIC:7).²³

No capítulo 9 de EIC, Williamson traz à discussão um novo e mais explícito alvo de críticas dentro da profissão: a literatura de economia radical. Uma discussão cuidadosa das idéias dos economistas radicais é efetuada, e Williamson chega a conclusões muito diferentes das deles. Ele afirma, por exemplo, que o conceito de poder (central para os radicais) apresenta uma “definição pobre.” Apesar de grandes divergências, seu balanço deste debate é que “há méritos em todas as explicações que somam à nossa compreensão de fenômenos complexos” (EIC:237-8). Alguns momentos antes, ele havia explicado a transformação da indústria siderúrgica nos EUA na virada do século XX baseada na ECT. Sua versão aparece contraposta à explicação radical de K. Stone. Mas ele já tinha sugerido então (p. 236) uma posição conciliadora: “Dados... os grandes ganhos de eficiência que Stone encontra, a hipótese da eficiência (ou uma hipótese combinada de eficiência e poder) não pode ser rejeitada.” Uma crítica frontal à economia radical seria provavelmente bem recebida pelos colegas mais próximos de Williamson, e seria coerente com suas origens

²² Vale a pena lembrar que a primeira parte da citação continua dizendo “em sua insistência de que a economização é central para a organização econômica.” Como Mäki (2000, grifo original) afirma, contudo, neste ponto as diferenças entre ambas escolas são significativas. “A NEI e a ortodoxia têm perspectivas diferentes a respeito *do que é economizado* (deve-se incluir ou não os custos de transação?) e *do que significa a economização* (otimização ou racionalidade limitada?).” Ambos os casos envolvem situações nas quais Williamson utiliza a estratégia de des-isolamento (conforme Mäki a denomina), ou seja, ele inclui no conjunto de fenômenos que deveriam ser explicados pela teoria (os *explananda*) alguns que previamente eram ignorados. Desse modo, mesmo quando aponta para as afinidades de sua teoria com a ortodoxia Williamson deixa um espaço para mostrar que sua teoria é melhor (explica mais) do que sua rival.

²³ Uma das críticas mais duras feitas em EIC não tem alvo particular: “Interpretações legais e econômicas que eram sustentadas de forma confiante há apenas dez ou vinte anos atrás... foram demonstradas profundamente incorretas” (EIC:1). Assim, é formulada uma crítica dura mas ninguém em particular estará se sentindo atacado.

intelectuais. Apesar disso, seus comentários mais brandos parecem formar parte de uma estratégia para alargar sua audiência.²⁴

A relação de Williamson com o *mainstream* não parece ter sido alterada de modo significativo em MG. Ele introduz, porém, dois critérios de divisão que aparecem como signos de um projeto intelectual que está crescendo com firmeza. Em primeiro lugar, ele afirma: “Eu penso na NEI, da qual a ECT forma parte, como a economia das pessoas jovens” (MG:ix). Isso leva o leitor a considerar que, no mínimo na perspectiva de Williamson, essa nova “luta pela alma dos economistas” já está sendo ganha.²⁵ O programa de pesquisa lançado 25 anos antes está conquistando as mentes das gerações novas. Fica implicitamente dito que as outras escolas, até a economia neoclássica que era um “formidável rival,” estão decadentes. Em MH, Williamson precisava enfatizar que sua contribuição era digna de consideração pois tinha sólidos fundamentos em contribuições anteriores injustamente esquecidas. Em claro contraste, em MG os méritos da ECT estão em ser a economia do futuro.

Mas se a NEI está ganhando a batalha intelectual dentro da economia, as diferenças entre seus economistas, que anteriormente podiam ser ignoradas, começam a se tornar importantes. Williamson, depois de listar diferentes definições do conceito de instituições propostas por North e outros sublinha que “Estas definições de instituições fundamentalmente operam no nível do meio-ambiente institucional, das denominadas regras do jogo. O segundo nível no qual a economia institucional trabalha, mais microanalítico, é o nível da governança institucional. Este livro está principalmente preocupado com as estruturas de governança” (MG:4-5). Como o leitor deve lembrar, Williamson dissera em MH que a teoria recebida não era suficientemente microanalítica. Agora ele enfatiza que sua parte da NEI é aquela que conserva a preocupação original. Há ainda um contraste adicional entre a abordagem de North e sua teoria. Williamson cita North afirmando que a história econômica (o objeto de pesquisa de North) é “fundamentalmente uma história de economias que

²⁴ Esta impressão se mantém em MG (p. 238-9). “O conceito de poder é muito vago.... Entre as maneiras em que o termo poder é utilizado encontramos: o poder do capital sobre o trabalho (Bowles & Gintis, 1993); o poder estratégico exercido por firmas estabelecidas em relação aos rivais existentes e potenciais (Shapiro, 1989); poder de alguns interesses específicos no processo político (Moe, 1990a); e dependência ao nível dos recursos. Embora todos eles sejam relevantes para a organização econômica, este último é próprio da teoria das organizações.” Conste que a ECT, contudo, afirma abranger não só a teoria das organizações – ou seja, a maneira na qual organizações específicas (isto é, firmas) trabalham – mas a *organização da economia*, ou seja a maneira pela qual uma economia ou indústria se organiza em mercados, firmas ou híbridos (MG, pp. 26, 93 e 363). Assim, todas as formas de poder deveriam ser objeto de sua atenção.

²⁵ Parafraseando Yonay (1998) ao caracterizar os debates do período entre-Guerras.

fracassaram” (*apud* MG:5). E acrescenta: “Ao contrário, a ECT estuda o sucesso” (*idem*). Obviamente, exceto para alguém com um temperamento no estilo de Charlie Brown, o estudo do sucesso parece mais interessante do que o estudo do fracasso.²⁶

Williamson portanto cria três pares de qualidades opostas: velho/novo, fracasso/sucesso e menos/mais microanalítico. Ele coloca sua teoria no lado que sua argumentação tenta mostrar ser o certo (o direito) delas. Esta é uma técnica retórica tradicional estudada por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Como eles explicam, a técnica consiste em criar uma argumentação que faz “bom uso das dissociações já admitidas pela audiência, algumas vezes para introduzir dissociações criadas *ad-hoc*” (1969:427). Assim, os dois primeiros pares parecem se encaixar no tipo de dissociações inicialmente mencionadas, e o terceiro par no último tipo. Em todos estes casos, Williamson consegue vincular sua teoria com o termo do par que tem conotações mais positivas.

4. Williamson e seus antecedentes intelectuais

Pérsio Arida (1996:37) propôs a existência de sete regras de retórica que garantiriam a organização e a satisfatória evolução do conhecimento em economia. Uma dessas regras parece muito apropriada para este trabalho, a que Arida chama de “reinvenção da tradição.” De acordo com ele, “Trata-se de uma estratégia de retórica que consiste em recortar o passado de forma a reivindicar para si mesmo uma tradição de pensamento e isolar o oponente como fruto de um desvio da tradição correta” (p. 42).

Já dissemos acima que Williamson não parece muito preocupado em se alongar nas críticas a seus oponentes. Mas ele certamente trabalha duro para se colocar como herdeiro de alguns cientistas sociais, economistas inclusos, injustamente negligenciados. Este grupo, porém, foi sendo remodelado ao longo da trilogia. Esta ação aparece ser muito importante para Williamson à medida que tenta se fazer ouvir por diferentes audiências. Há no primeiro capítulo de MH e no prólogo de EIC uma seção específica dedicada a apresentar seus antecedentes. Embora Williamson faça

²⁶ Curiosamente, mistos de elogio e crítica também são vistos num artigo de North (1993). Ele diz (p. 252): “O maior foco da literatura voltada às instituições e aos custos de transação tem sido o estudo das instituições como soluções eficientes aos problemas de organização num meio ambiente concorrencial (Williamson, 1975 e 1985)... Embora estes trabalhos sejam valiosos, deixam de lado a contribuição mais importante que a análise institucional pode dar para a ciência econômica: explicar a diversidade de desempenho das economias.”

referência às origens intelectuais da ECT no prólogo de MG, ele não se dedica a explicá-las com detalhe.²⁷ Por isso nossa análise se detem às seções mencionadas de MH e EIC.

Os antecedentes nos quais Williamson se baseia em MH, como já comentado, são quase todos economistas. Os primeiros três sub-itens da seção “Alguns antecedentes” estão dedicados a autores específicos: “Commons sobre economia institucional,” “Coase sobre a natureza da firma” e “Hayek sobre informação.” A quarta seção “Falhas de mercado” traz nove nomes, sendo Arrow o único citado duas vezes e por obras diferentes. E na seção em que analisa suas diferenças com outras abordagens, Williamson cita Simon, Schelling e Goffman como antecedentes da Teoria das Organizações.

O aumento da audiência que, conforme já foi dito, entendemos que Williamson pretende conseguir ao escrever EIC, leva a que ele amplie sua lista de fontes intelectuais. Ele fala primeiro dos seus mestres Kenneth Arrow, Alfred Chandler Jr., Ronald Coase e Herbert Simon. Ele afirma depois que só o primeiro e o último foram seus professores em sala de aula (p. xiii). Mais tarde, numa revisão dos seus antecedentes organizada cronologicamente e por ciência, ele reconhece as seguintes influências:

Dos anos 1930:

- Economia: Frank Knight, John Commons e Ronald Coase.
- Direito: Karl Llewellyn.
- Administração: Chester Barnard.

Dos 30 anos seguintes:

- ◆ Economia: Friedrich Hayek, Ronald Coase e Kenneth Arrow.
- ◆ Direito: Harry Shulman, Archibald Cox, Clyde Summers, Stewart Macaulay e Guido Calabresi.
- ◆ Administração: Herbert Simon, Alfred Chandler e Michael Polanyi.

Algumas das diferenças são marcantes. Chandler e seu trabalho sobre história empresarial, por exemplo, não tinham obtido em MH o status maior de antecedente. Referências aos seus trabalhos aparecem apenas nos capítulos 8 e 9 de MH (que tratam da estrutura multidivisional das firmas e da organização dos conglomerados). Deve ser lembrado que Chandler publicou em 1977 (entre MH e EIC) sua seminal obra

²⁷ Williamson sugere na nota de rodapé n.º 2 do prólogo de MG que o leitor interessado no assunto deve checar as seções já mencionadas das obras anteriores.

The visible hand (“A mão visível”), um livro que sem dúvida foi importante para Williamson ao escrever EIC.²⁸ A versão apresentada em EIC da evolução das firmas da forma organizacional “U” para a forma “M”, baseada na pesquisa histórica de Chandler, provavelmente conseguiu atrair economistas (e especialistas em história econômica).²⁹ Como consequência deste impacto positivo, Williamson pode ter sido levado a reconsiderar a contribuição de Chandler aos seus próprios escritos.³⁰

A influência intelectual vinda da área de administração (ou teoria das organizações) é a que tem mudanças mais claras. Parte da literatura mencionada em MH é ignorada em EIC. Neste último livro Schelling é mencionado uma única vez.³¹ Não há qualquer menção a Goffman. De todo modo, já sugerimos que tal literatura não era a mais típica da teoria das organizações, mesmo que se parecesse com aquilo que os economistas pudessem imaginar que seria.

Esta escolha é ainda mais curiosa posto que o próprio Williamson chegou à economia vindo da teoria das organizações. Em uma entrevista com Richard Swedberg (1990), Williamson conta que fez sua graduação no MIT, num programa que combinava engenharia e administração. A seguir ele foi para Stanford começar um PhD em administração de empresas, e mais tarde escolheu a escola de administração industrial do Carnegie Tech para terminá-lo. Quando lhe foi perguntado se tinha cursado disciplinas na área de ciências sociais, sua resposta foi: “Fiz vários cursos em Teoria das Organizações” (Swedberg 1990:117). É razoável supor que o domínio de Williamson deste campo se encontra bem acima do conhecimento médio de sua audiência sobre o assunto. Mas em lugar de apresentar essa literatura a seus leitores (como ele faria em EIC com a literatura de direito), Williamson tentou talvez imaginar o que o economista médio acreditava que seria a teoria das organizações. Dado que seu prestígio profissional tinha aumentado, este tipo de concessão não seria mais visto como necessário.

A literatura sobre direito, por sua vez, tinha sido completamente ignorada quando Williamson apresentara seus antecedentes em MH. Isso se dá muito embora ele àquela época já tivesse publicado, como dissemos acima, em periódicos de direito.

²⁸ Veja-se o emprego constante do livro de Chandler como base nos estudos de caso de EIC (caps. 5 e 11).

²⁹ A apresentação da contribuição de Williamson feita por McGuinness (1987) é um bom exemplo disso.

³⁰ Veja-se, por exemplo, o reconhecimento desta influência em EIC (p. 239, nota 26), enquanto que em MH isso está ausente.

³¹ A referência é feita a um trabalho de 1956. Embora “A estratégia do conflito” - trabalho pioneiro de Schelling publicado em 1960 - seja citado em MH, Williamson sequer o menciona em EIC.

Esclareça-se que três dos pesquisadores cuja influência seria posteriormente reconhecida em EIC (Cox, Macaulay e Summers) foram citados e discutidos em MH, mas nem por isso foram nesta obra promovidos ao status de antecessores.

Comentários Finais

Como se poderia esperar a partir das conclusões de diversos estudos sobre retórica da ciência, a análise do trabalho de Williamson evidencia uma importante dimensão retórica nos textos científicos. Obviamente, isto não reduz o valor de sua contribuição, muito pelo contrário. Como disse McCloskey (1994b), a retórica não é o que sobra depois que a lógica e a evidência tenham feito sua parte. A retórica é uma parte essencial de qualquer argumentação científica.

A relevância da retórica no contexto maior da ciência estende-se também ao âmbito mais restrito dos estudos de economia. Nós sustentamos que ao longo dos três livros aqui estudados, Williamson mostrou grande habilidade para modificar a audiência pretendida. Isso pode ter contribuído muito para o sucesso da ECT. Embora seu programa de pesquisa fosse interdisciplinar desde o começo, ele aguardou atingir primeiro os economistas e só depois tentou alcançar os estudiosos das outras ciências sociais. Dentro da economia, ele tentou mostrar que seu programa de pesquisa complementa o do *mainstream*, sendo cauteloso ao apresentar suas idéias como uma dissociação que poderia resolver algumas contradições teóricas da visão neoclássica. Ao mesmo tempo, ele cuidadosamente lembrou ao resto da profissão que a ECT tinha afinidades com outras escolas. Também mencionamos que ele enfatizou a contribuição de diferentes autores e trabalhos como constituindo seus antecedentes intelectuais na medida em que tentava estabelecer diálogos com diferentes audiências.

Nos últimos anos, as habilidades retóricas de Williamson, que lhe permitiram ter expressivo impacto em economia, têm começado a ser usadas para estabelecer divisões dentro da própria NEI. Diferenças que podiam ser ignoradas em etapas anteriores do desenvolvimento deste programa de pesquisa tendem a ganhar importância na medida em que a importância da nova escola aumenta. Esta certamente será uma tarefa difícil, e exigirá de Williamson toda a competência como mestre de retórica que já demonstrou ser.

Referências Bibliográficas

- ARIDA, Pérsio (1996) [1984]. "A história do pensamento econômico como teoria e retórica." In Rego (1996), p.11-46.
- ARISTÓTELES (1984). *Rhetoric*. (Editado como *The rhetoric and the poetics of Aristotle*). Trad. W. Rhys Roberts. New York: Modern Library.
- BAZERMAN, Charles (1988). *Shaping written knowledge: the genre and activity of the experimental article in science*. Madison: University of Wisconsin Press.
- _____ (1993). "Money talks: the rhetorical project of the *Wealth of Nations*." In Henderson *et al.* (1993), p. 173-99.
- BIANCHI, Ana Maria & SALVIANO JR., Cleofas (1996). "Prebisch, a CEPAL e seu discurso: um exercício de análise retórica." In Rego (1996), p.163-79.
- BITZER, Lloyd (1968). "The rhetorical situation." *Philosophy and Rhetoric*, 1 (1): 1-14.
- BROWN, Richard Harvey (1987). "Reason as rhetorical: on relations among epistemology, discourse and practice." In Nelson *et al.* (1987a), p. 184-97.
- BURKE, Kenneth (1966). *Language as a symbolic action*. Berkeley: University of California Press.
- _____ (1984) [1950]. *A rhetoric of motives*. Berkeley: University of California Press.
- CAMPBELL, John A. (1997). "Strategic reading: rhetoric, invention and interpretation." In Gross & Keith (1997), p. 113-37.
- FERNÁNDEZ, Ramón G; LOYOLA JR., Pedro & CIFUENTES, Ricardo A. (1997). "As controvérsias na interpretação do II PND e do Plano Cruzado: uma abordagem retórica." *Anais do II Encontro de Economia Política*, São Paulo, vol. I, p. 34-47.
- FLEMING, David (1996). "Can pictures be arguments?" *Argumentation and Advocacy*, 33 (Summer): 11-22.
- FOSS, Sonja K.; FOSS, Karen A. & TRAPP, Robert (1991). *Contemporary perspectives on rhetoric*. Prospect Heights (IL): Waveland Press, 2^a ed.
- FULLER, Steve (1993). *Philosophy, rhetoric and the end of knowledge: the coming of science and technology studies*. Madison: University of Wisconsin Press.
- GAONKAR, Dilip P. (1997). "The idea of rhetoric in the rhetoric of science." In Gross & Keith (1997), p. 25-85.
- GERRARD, Bill (1993). "The significance of interpretation in economics." In Henderson *et al.* (1993), p. 51-63.
- GROSS, Alan G. (1996). *The rhetoric of science*. Cambridge (MA) and London: Harvard University Press, 2^a ed.
- _____ & KEITH, William M., eds (1997). *Rhetorical hermeneutics: invention and interpretation in the age of science*. Albany: SUNY Press
- HARRIS, Randy Allen, ed. (1997). *Landmark essays on the rhetoric of science: case studies*. Mahwah (NJ): Hermagoras Press.
- HENDERSON, Willie (1993). "The problem of Edgeworth's style." In Henderson *et al.* (1993), p. 200-22.
- _____ ; DUDLEY-EVANS, Tony & BACKHOUSE, Roger, eds (1993). *Economics and language*. London & New York: Routledge.
- KEITH, William M. (1997). "Engineering rhetoric." In Gross & Keith (1997), p. 225-46.
- KLAMER, Arjo; McCLOSKEY, Donald & SOLOW, Robert, eds (1988). *The consequences of economic rhetoric*. Cambridge & New York: Cambridge University Press.

- LYNE, John (1998). "Knowledge and performance in argument: disciplinarity and proto-theory." *Argumentation and Advocacy*, 35 (Summer): 3-9.
- McCLOSKEY, Deirdre N. (1983). "The rhetoric of economics." *Journal of Economic Literature*, 21 (2): 481-517.
- _____ (1985). *The rhetoric of economics*. Madison: University of Wisconsin Press.
- _____ (1994a). *Knowledge and persuasion in economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (1994b). "How economists persuade." *Journal of Economic Methodology*, 1 (1): 15-32.
- McGUINNESS, Tony (1987). "Markets and managerial hierarchies." In Roger Clarke & Tony McGuinness, eds. *The economics of the firm*. Oxford: Basil Blackwell, p. 42-61.
- MIROWSKI, Philip (1992). "Three vignettes on the state of economic rhetoric." In Neil De Marchi, ed. *Post-Popperian methodology of economics: recovering practice*. Boston/Dordrecht/London: Kluwer, p.235-59.
- MYERS, Greg (1990). *Writing biology: texts in the social construction of scientific knowledge*. Madison: University of Wisconsin Press.
- NELSON, John; MEGILL, Alan & McCLOSKEY, D., eds (1987a). *The rhetoric of the human sciences*. Madison and London: University of Wisconsin Press.
- _____ (1987b). "Rhetoric of Inquiry." In Nelson *et al.* (1987a), p. 3-18.
- O'NEILL, John (1998). "Rhetoric, science and philosophy." *Philosophy of the Social Sciences*, 28 (2): 205-25.
- PAQUET, J. (2000). "Value Structures and the Ancient Economy: Economic Histories in Comparison." Artigo apresentado no XXVIII Meeting of the History of Economics Society, Vancouver (BC), Canadá, Julho de 2000.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (1969) [1958]. *The new rhetoric: a treatise on argumentation*. Trans. John Wilkinson and Purcell Weaver. Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- PRELLI, Lawrence (1989). *A rhetoric of science: inventing scientific discourse*. Columbia (SC): University of South Carolina Press.
- REGO, José Márcio, org. (1996). *Retórica na economia*. São Paulo: Ed. 34.
- SAMUELS, Warren J., org. (1990). *Economics as discourse: an analysis of the language of economists*. Boston: Kluwer.
- SWALES, John M. (1993). "The paradox of value: six treatments in search of the reader." In Henderson *et al.* (1993), p. 223-39.
- SWEDBERG, Richard (1990). *Economics and sociology. redefining their boundaries: conversations with economists and sociologists*. Princeton: Princeton University Press.
- WILLIAMSON, Oliver E. (1975). *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: Free Press.
- _____ (1985). *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: Free Press.
- _____ (1996). *The mechanisms of governance*. New York: Oxford University Press.
- YONAY, Yuval (1998). *The Struggle over the soul of economics: institutionalist and neoclassical economists in America between the Wars*. Princeton: Princeton University Press.